

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITO E CONTEXTO HISTÓRICO

Joelma Freire Cordeiro¹
Mariana Rosa²

RESUMO

A temática da educação inclusiva tem ganhado destaque crescente em nossa sociedade contemporânea, refletindo uma preocupação genuína com a equidade e o acesso ao aprendizado para todos. O aumento de 29,3% no número de matrículas na educação especial, conforme registrado pelo Censo de 2022, evidencia não apenas uma mudança quantitativa, mas também uma transformação qualitativa em nossas políticas educacionais. Esse crescimento reflete um compromisso renovado em garantir que cada aluno, independentemente de suas necessidades e capacidades, tenha a oportunidade de participar plenamente do sistema educacional. Este avanço é um passo significativo rumo a uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde cada indivíduo é reconhecido e valorizado por sua singularidade. O trabalho que se apresenta é parte de uma pesquisa mais ampla acerca da educação inclusiva e o uso de tecnologias de informação e comunicação na percepção de docentes de uma escola pública de Fortaleza. O mesmo é um estudo bibliográfico e de análise mista de dados, que propõe identificar os principais marcos históricos e eventos que impulsionaram o surgimento e desenvolvimento da educação inclusiva, contextualizá-la e traçar um panorama histórico da evolução da educação inclusiva ao longo do tempo. Espera-se que este trabalho contribua para a compreensão da evolução histórica e dos marcos importantes da educação inclusiva, destacando o crescimento das matrículas na educação especial. O estudo visa fornecer um panorama das mudanças nas políticas educacionais e reforçar o compromisso com uma

1 Mestranda em Ciências da Educação da Universidade Fernando Pessoa - UFP, Porto/Portugal, joelmafreire2@gmail.com;

2 Mestre em Ciências da Educação da Universidade Fernando Pessoa - UFP, Porto/Portugal, 40667@ufp.edu.pt;

sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todos os alunos são valorizados por suas singularidades.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Contexto histórico; Conceito.

INTRODUÇÃO

A inclusão é um tema muito discutido na educação contemporânea, refletindo o crescente compromisso com a equidade no espaço educacional. Em um cenário de transformação de políticas públicas, o aumento de 29,3% nas matrículas da educação especial, conforme o Censo de 2022, sinaliza não apenas uma expansão quantitativa, mas também um avanço qualitativo no acesso ao ensino para estudantes com necessidades especiais. Esse movimento revela uma mudança significativa em direção à construção de um sistema educacional mais acessível, respeitando e valorizando a singularidade de cada aluno, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado.

Nesse contexto, a presente pesquisa, por meio de um estudo bibliográfico, aborda o contexto histórico e os conceitos sobre educação inclusiva. A pesquisa analisa a evolução das políticas educacionais voltadas para a inclusão e investiga como essas mudanças têm moldado as práticas pedagógicas ao longo do tempo.

Ao revisitar marcos teóricos e históricos, este estudo busca fornecer uma base sólida para compreender o desenvolvimento da educação inclusiva, suas conquistas e os desafios ainda presentes no processo de implementação, visando identificar os principais marcos históricos e eventos que impulsionaram o surgimento e desenvolvimento da educação inclusiva, além de traçar um panorama dessa evolução ao longo do tempo. Este estudo busca também contextualizar os motivos pelos quais ocorreu o crescimento das matrículas na educação especial.

Este estudo ao explorar os conceitos da Educação Inclusiva defende o direito de todos os alunos à participação plena no sistema educacional, valorizando suas singularidades, também apresenta um contexto histórico e evolutivo da educação inclusiva. Destaca marcos que fortaleceram o princípio da inclusão e por fim, discute dados do Brasil, como o aumento nas matrículas na educação especial segundo o Censo de 2022, evidenciando avanços nas políticas públicas voltadas à equidade educacional.

O estudo conclui que o crescimento das matrículas na educação especial é um reflexo do compromisso com uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde cada aluno é valorizado por sua singularidade. O trabalho contribui e reforça a necessidade de políticas educacionais que promovam a participação plena de todos os alunos no sistema educacional.

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, que teve como indagação e análise principal a educação inclusiva, uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na prática docente e a percepção dos professores de uma escola pública de Fortaleza. No entanto, o que se apresenta aqui concentrará sua análise em um capítulo específico, que trata da educação inclusiva, abordando sua definição e seus marcos históricos.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre o tema Educação Inclusiva e as Tecnologias de Informação e Comunicação. O presente estudo analisa conceitos, práticas e constructos teóricos em torno do tema, a partir de Cordeiro (2015), Gurgel (2008), Mantoan (2003), Monteiro, (2016) e Ramos (2006) que discutem a importância de uma educação inclusiva, não apenas em termos de garantir acesso físico às escolas, mas também de proporcionar recursos e práticas pedagógicas que atendam à diversidade de aprendizes.

Por meio da revisão de literatura, se buscou materiais previamente elaborados, livros, artigos científicos, anais de congressos e outras pesquisas de âmbito científico para identificar a variedade do fenômeno estudado e aquela a qual se pesquisa diretamente. Recorreu-se à pesquisa bibliográfica porque permite ao investigador construir uma análise a partir de materiais científicos já elaborados, obtendo fenômenos mais amplos do que poderia pesquisar (Gil, 2002).

A pesquisa bibliográfica, como metodologia de investigação, é uma ferramenta fundamental no processo de revisão de literatura, pois permite ao pesquisador acessar e analisar um vasto conjunto de materiais previamente elaborados, o que amplia significativamente o horizonte de compreensão sobre o tema. Essa abordagem facilita a compreensão do fenômeno estudado de forma ampla e diversificada, ao reunir diferentes perspectivas e abordagens teóricas já consolidadas no campo científico previamente produzido.

A principal vantagem mencionada está na possibilidade de explorar uma vasta gama de fenômenos, ampliando o escopo de análise sem a necessidade de realizar investigações empíricas para cada aspecto estudado.

Isso oferece ao pesquisador uma visão abrangente e fundamentada sobre o tema, ao mesmo tempo, em que economiza tempo e recursos. A pesquisa bibliográfica, portanto, foi essencial para fornecer uma base teórica, apoiando o desenvolvimento dessa investigação.

Ao recorrer a materiais já publicados, o pesquisador consegue identificar padrões, lacunas e tendências no campo de estudo, além de fundamentar sua própria pesquisa com base em teorias e evidências robustas. Além disso, a pesquisa bibliográfica é especialmente útil quando o objetivo é realizar uma análise crítica, reflexiva e integrada de um tema, já que possibilita uma visão mais ampla e abrangente do que poderia ser obtido por meio de estudos empíricos isolados.

Ela também contribui para o avanço do conhecimento ao relacionar e integrar diferentes saberes de forma coesa e estruturada. Isso torna a pesquisa bibliográfica um método eficaz para aprofundar o entendimento de temas complexos, como a educação inclusiva e o uso de tecnologias, analisando o que já foi discutido e propondo novos olhares sobre o assunto. Ao longo da revisão, são discutidos conceitos, práticas e abordagens teóricas que destacam a necessidade de criar uma educação que acolha e valorize a diversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA - CONCEITOS E DEFINIÇÕES

A educação inclusiva como abordagem é cada vez mais comum nas discussões e reuniões pedagógicas, fóruns educacionais, pautas de reuniões sobre políticas públicas, entre outros. Com os dados do Censo 2022, foi possível identificar um aumento significativo no número de escolas que adotaram essa abordagem nos últimos anos. Para Mantoan (2003) a educação inclusiva é uma abordagem educacional que visa garantir o direito à educação de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, necessidades ou características individuais. Ela defende a ideia de que a inclusão na educação não se limita a pessoas com deficiência, mas engloba a diversidade de alunos em todas as suas dimensões. A inclusão não se limita à deficiência, mas abarca as diferentes dimensões da diversidade humana, tais como raça, gênero, classe social e condição de saúde.

Ferreira et al. (2011), citado por Cordeiro (2015, p. 16) define educação inclusiva como uma postura, um princípio filosófico de valores e democracia, pelo qual se assegura o direito de aprender na escola visando o crescimento, a satisfação pessoal e à inserção social, de modo que valorizando cada indivíduo promova suas potencialidades. Essa postura valoriza cada indivíduo, promovendo suas potencialidades e garantindo uma educação significativa para todos.

Nesse sentido, outro autor contribui apontando a importância da promoção de uma educação de qualidade que englobe todas as pessoas, independentemente de suas habilidades ou condições de saúde (Ramos, 2006). O autor destaca uma abordagem inclusiva na educação, que vai além do simples acesso à escola. Ele visa criar ambientes educacionais que reconheçam e valorizem a diversidade, garantindo que todos os alunos tenham oportunidades iguais para alcançar o sucesso acadêmico e participar plenamente da sociedade. A educação inclusiva deve ser vista como uma nova prática pedagógica que combate os preconceitos, discriminações e barreiras sociais, culturais e individuais.

Para Ramos (2006) a educação inclusiva consiste em uma nova prática pedagógica. Tendo o objetivo de fazer a educação acessível a todas as pessoas e, dessa maneira, combater os preconceitos, discriminação, barreiras entre os indivíduos, povos e cultura. A educação inclusiva representa uma evolução nas práticas pedagógicas, visando não apenas a integração física de todos na escola, mas a criação de um ambiente que acolha a diversidade como um valor fundamental.

A educação inclusiva emerge como um princípio essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática, ao valorizar a diversidade e garantir o direito de todos à educação de qualidade. Ao reconhecer e respeitar as diferentes necessidades e potencialidades dos indivíduos, essa abordagem rompe com as barreiras do preconceito e da discriminação, promovendo um ambiente escolar que não apenas acolhe, mas potencializa o desenvolvimento pessoal e social de cada aluno. Mais do que uma simples integração física, a educação inclusiva propõe uma transformação profunda das práticas pedagógicas, promovendo uma educação que seja verdadeiramente acessível e significativa para todos. Dessa forma, ela se configura como um caminho indispensável para a promoção da justiça social e para a construção de um futuro mais inclusivo.

Dessa forma, a educação inclusiva não é apenas uma questão de acesso, mas de qualidade educacional e social. Ela promove a transformação das escolas e da sociedade ao reconhecer que a diversidade é uma força que deve ser valorizada e incorporada ao cotidiano escolar.

MARCOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O movimento da educação inclusiva iniciou-se em meados do século XX e ganhou força a partir de marcos importantes como a Conferência de Salamanca,

que ocorreu em 1994, na Espanha, uma conferência mundial para discutir a inclusão.

A declaração de Salamanca, além de um marco histórico na defesa de políticas e práticas inclusivas, propõe a inclusão de pessoas com necessidades específicas no ensino regular e sua participação social plena (Lima, 2006). Isto significa que a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais específicas devem receber dos sistemas educacionais adaptações para atender à diversidade de características e necessidades de aprendizagem.

Além disso, essa declaração propõe diretrizes para a criação e reformulação de políticas educacionais e incentiva a criação de escolas inclusivas que combatam toda e qualquer atitude discriminatória.

Para a educação, principalmente no que se refere à inclusão, essa conferência mundial incentiva a adaptação curricular escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade respeitadas às diversas necessidades dos alunos. Também, promove a inclusão de todos em escolas regulares de ensino, independentemente das necessidades específicas do aluno, tendo em vista um ambiente mais diversificado e acolhedor. Além disso, encoraja a criação de uma rede de apoio mais ampla para os alunos, como a participação de pais, organizações não governamentais e outras instituições no processo educacional.

Dessa forma, essa declaração é significativa por sugerir que todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais sejam incluídos no ensino regular, promovendo sua plena participação social. Isso implica que as escolas devem fazer adaptações curriculares e estruturais para atender às diferentes características e necessidades de aprendizado, criando um ambiente que acolha a diversidade. Além disso, a declaração incentiva o combate a todas as formas de discriminação e reforça a importância de políticas públicas que assegurem a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os alunos.

A fim de eliminar as barreiras e discriminação no ambiente escolar, a Declaração de Salamanca também incentiva a formulação de políticas inclusivas e reformas políticas. Outro ganho a ser considerado com a declaração é a conscientização e a sensibilização para os direitos das pessoas com necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994).

Outro ponto importante da declaração de Salamanca é o incentivo à criação de escolas inclusivas, que não apenas recebem alunos com diferentes necessidades, mas também proporcionam um ambiente mais diversificado e

acolhedor, no qual todos possam se desenvolver acadêmica e socialmente. Além disso, a conferência destaca a importância de uma rede de apoio que envolva pais, organizações não governamentais e outras instituições no processo educacional, ampliando o suporte necessário para o sucesso da inclusão.

A declaração ainda destaca a importância da formação docente e aprendizado contínuo para melhorar a prática pedagógica e lidar com a diversidade em sala de aula. Ela enfatiza a necessidade de capacitar os docentes para poderem lidar com a diversidade dentro da sala de aula de maneira eficaz. É nesse sentido que a pesquisa se amplia, ganhando ênfase em torno das TIC e prática docente, pois reflete e indica caminhos para a educação inclusiva, capacitando os professores a se adaptarem às demandas de um ambiente escolar inclusivo e diversificado.

BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Embora as lutas por acessibilidade e os direitos de pessoas com deficiência tenham crescido, houve uma época em que discussões e inclusão não ocorriam com respaldo legal, apoiado e incentivado como garantia de direitos e deveres. O acesso das pessoas com deficiência na sociedade sempre foi limitado e excludente, rodeado de muito preconceito. Durante muito tempo houve, e ainda ha, preconceito e discriminação da sociedade com qualquer tipo de deficiência (Cordeiro, 2015). O tratamento das pessoas com necessidades específicas muda em cada período histórico da sociedade, porque em cada época há uma necessidade de incluir diferente que foi modificada ao longo da história.

Miranda (2008), citado por Cordeiro (2015, p. 16) assegura que o comportamento excludente existe há muito tempo. “Desde a Antiguidade, a falta de entendimento sobre as diferenças entre os seres humanos fez com que a deficiência fosse alvo de preconceito”. Essas atitudes discriminavam, isolavam e, em certos casos, resultavam em sentenças de morte.

Na idade primitiva, o ser humano possuía uma vida simples, sem avanço tecnológico, não tinha tantas condições físicas para o convívio e desenvolvimento humano. Eles ainda não dominavam o plantio, nem as ferramentas, viviam, praticamente, da caça e pesca, dessa forma, moviam-se constantemente em busca de recursos naturais, como água, abrigo e alimentos. Esse modo de vida era difícil para uma pessoa com deficiência sobreviver.

Segundo Gurgel (2008), nos grupos primitivos de humanos, uma pessoa com deficiência representava um fardo para o grupo, porque o ambiente

para sobrevivência era muito desfavorável. Nestes grupos apenas os mais fortes sobreviviam e por isso era muito comum que crianças com deficiência eram abandonadas ou mortas, de modo que as tribos acabavam por se desfazer delas.

No império romano, essas práticas de exclusão também ocorriam nas famílias que tinham pessoas com deficiência. “As crianças que nasciam deformadas eram jogadas nos esgotos da Antiga Roma” (Monteiro et al., 2016). Os patriarcas, tanto os nobres quanto os plebeus, tinham autorização para matar seus filhos que nasciam com deformidade.

As leis romanas da Antiguidade não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência. Relatos nos dão conta, no entanto, que os pais abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em outros lugares sagrados. Os sobreviventes eram explorados nas cidades por “esmoladores”, ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos abastados (Gurgel, 2008, p. s/n).

Também na Antiguidade se obtém relatos de exclusão e repúdio ao deficiente. Esparta era conhecida por seu sistema militar altamente organizado e pela ênfase na disciplina e no treinamento físico. Dedicavam-se à arte da guerra, preocupavam-se com as fronteiras de seus territórios [...] Pelos costumes espartanos, os nascidos com deficiência eram eliminados, só os fortes sobreviviam para servir ao exército (Gurgel, 2008). A sociedade espartana buscava criar cidadãos guerreiros capazes de defender a cidade.

Dessa forma, quando nascia alguma criança com deficiência, eles a lançavam do alto de um abismo, eram lançados em precipícios, pois havia uma supervalorização do corpo belo e forte, pois favorecia a luta nas guerras. Sendo assim, crianças com deficiências ou doentes eram abandonados à própria sorte para morrer (Monteiro et al., 2016)

No período da Idade Média, a população acreditava que o nascimento dessas pessoas eram castigo de Deus. As visões sobre deficiência eram frequentemente moldadas por crenças religiosas e superstições. A compreensão da deficiência estava profundamente enraizada em interpretações teológicas e as pessoas muitas vezes viam o nascimento de uma criança com deficiência como um evento vinculado a forças divinas.

Ainda na Idade Média, Martinho Lutero defendia que as pessoas com deficiência mental eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados e durante a Inquisição, toda pessoa com deficiência que fosse reconhecida pela encarnação do mal

era destinada à tortura e à fogueira. Segundo Pessotti (1984), a pessoa com deficiência passou a ser acolhida nos conventos ou igrejas por troca de trabalhos. (Monteiro; Sales; Sales; Nagasaki, 2016)

Assim, percebe-se que durante a Idade Média, a compreensão da deficiência estava muitas vezes entrelaçada com doutrinas espirituais e crenças populares, o que impactava profundamente a maneira como essas pessoas eram percebidas e tratadas na sociedade.

A Idade Moderna é marcada por um período de grandes mudanças em várias áreas, sendo elas política, cultural, social, científica, entre outras. Esse período marcou a passagem de uma época de extrema ignorância para o nascer de novas ideias (Gurgel, 2008).

Algumas características mencionadas nos estudos de Gurgel (2008) são o surgimento de alguns eventos que marcaram esse período, por exemplo, o renascimento, acentuando o interesse pelas artes, ciências, filosofia e literatura clássicas. As reformas religiosas, com o surgimento da Reforma Protestante, questionando a autoridade da Igreja Católica Romana, levando a conflitos religiosos e à divisão do cristianismo. O Iluminismo, na qual foi um movimento intelectual que defendia a razão, a ciência e a separação entre Estado e Igreja, influenciando o pensamento político e social.

Com o surgimento dessas novas ideias, começou a perceber o indivíduo com deficiência de outra forma. Ao contrário das atitudes mais supersticiosas da Idade Média, a Idade Moderna viu um aumento na ênfase na razão e na ciência. À medida que a ciência e a medicina evoluíam, surgiam novas interpretações sobre a origem da deficiência. Alguns médicos e cientistas começaram a desafiar explicações puramente teológicas, buscando causas físicas e naturais para as condições de deficiência. As superstições, a crença em espíritos maus, o pensamento dos castigos de Deus para justificar as deficiências vão aos poucos sendo substituídos por uma visão científica (Monteiro et al., 2016). Em Pessotti (1984) citado por Monteiro et al., (2016) considera que a deficiência nesse período histórico era entendida como doença e precisa de cuidados médicos. O louco e o idiota já não eram pessoas tomadas pelo diabo e dignos de tortura e fogueiras por sua impiedade ou obscenidade, mas sim doentes ou vítimas de forças sobre-humanas cósmicas ou indignos de tratamento e complacência.

A partir desses períodos históricos, juntamente com a Revolução Francesa, gradativamente as pessoas com deficiência passaram a ter uma nova consi-

deração e importância para a sociedade. Nessa fase foi criado um método de comunicação para as pessoas surdas e um sistema de escrita para as pessoas cegas se comunicarem. Houve o surgimento, também, de cadeiras de rodas para ajudar as pessoas com deficiência física a se locomoverem.

O século XIX, ainda sob influência dos pensamentos humanistas da Revolução Francesa, impulsionou a história das pessoas com deficiência porque as percebiam como pessoas que necessitavam de atenção especializada, para além de hospitais e abrigos. É justamente nessa fase que houve a constituição de organizações para estudar os problemas de cada deficiência. Criaram orfanatos, asilos e lares para tratamento e acolhimento das pessoas com alguma comorbidade física. Nos Estados Unidos e na Alemanha surgiram vários grupos de pessoas desenvolvendo trabalhos em torno da reabilitação de feridos da indústria e outros locais de trabalho (Gurgel, 2008).

O século XX foi marcado por avanços importantes e mudanças significativas no que diz respeito aos direitos e à inclusão das pessoas com deficiência. Os instrumentos que já vinham sendo utilizados - cadeira de rodas, bengalas, sistema de ensino para surdos e cegos, dentre outros, foram se aperfeiçoando (Monteiro et al., 2016). Esses autores ainda pontuam que houve, também, a criação de centros e instituições especializadas para trabalhar com as pessoas com deficiência, já começavam a perceber que essas pessoas precisavam participar ativamente do cotidiano e integrarem-se na sociedade por isso diversos avanços ocorreram, impulsionados por mudanças sociais, legais e tecnológicas.

Dessa forma, vários países do mundo começaram a se organizar para lidar com as demandas específicas deste público. Em Londres realizou-se a Primeira Conferência sobre Crianças Inválidas, tendo como tema principal a integração na sociedade das crianças institucionalizadas. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos, organizou-se o primeiro Congresso Mundial dos Surdos para discutir os métodos de comunicação por sinais e o do oralismo. Na Alemanha, [...] fez-se o primeiro censo demográfico de pessoas com deficiência, visando organizar o Estado para melhor atender as pessoas com deficiência (Gurgel, 2008).

Com o decorrer dos períodos históricos pode-se perceber um progresso significativo na promoção da igualdade e inclusão para as pessoas com deficiência. No entanto, é importante reconhecer que desafios persistem e o trabalho contínuo é necessário para garantir que todos possam participar plenamente da sociedade, sem enfrentar discriminação ou barreiras injustas.

EDUCAÇÃO EXCLUSIVA - DADOS NO BRASIL

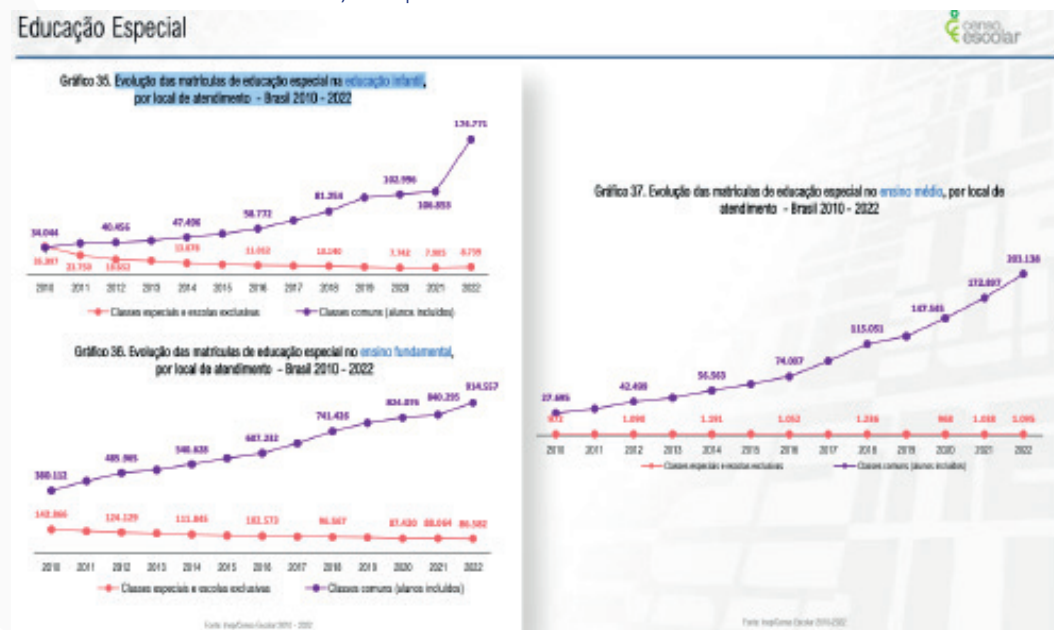
Conforme os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) 2022, os números referentes às matrículas no âmbito da educação especial no Brasil, 2010 a 2022, indicam um crescente aumento comparado com anos anteriores à 2010. Os dados a seguir estão divididos nas três modalidades de ensino da educação básica, sendo: Educação Infantil (0-5 anos); Ensino Fundamental (6-14 anos) e Ensino Médio (15-17 anos).

No Brasil, o sistema educacional é dividido em diferentes esferas governamentais de responsabilidade, envolvendo tanto o governo federal quanto os governos estaduais e municipais. Na cidade de Fortaleza, a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade do Município e o ensino médio é de incumbência do Estado.

Fortaleza é destaque na edição do Censo Escolar 2021, divulgado pelo INEP, sendo a terceira capital do Brasil em matrículas na Educação Inclusiva e a primeira do norte e nordeste. Atualmente, a Rede Municipal conta com 10.149 alunos matriculados.

No quadro a seguir, é possível observar o aumento no índice de matriculados nas redes públicas de ensino.

Quadro 1: Matrículas de educação especial no Brasil



Fonte: Inep/Censo Escolar 2010-2022

Os dados no quadro apresentados mostram o aumento das matrículas na educação especial no Brasil entre 2010 e 2022, divididos por nível de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e por local de atendimento (classes comuns e classes especiais ou escolas exclusivas).

Na educação infantil, observa-se um crescimento significativo no número de matrículas de alunos com necessidades especiais incluídos em classes comuns. O número de alunos passou de 34.064, em 2010, para 174.771, em 2022, evidenciando uma política contínua de inclusão. Em contraste, as matrículas em classes especiais e escolas exclusivas caíram de 10.697 para 7.623 no mesmo período, mostrando uma redução progressiva no atendimento em ambientes segregados.

No ensino fundamental, o padrão é semelhante. O número de alunos com necessidades especiais em classes comuns subiu de 380.112, em 2010, para 914.557, em 2022, representando mais que o dobro de matrículas. Em contrapartida, o número de matrículas em classes especiais e escolas exclusivas sofreu uma queda acentuada, passando de 142.132, em 2010, para 61.582, em 2022.

No ensino médio, o crescimento das matrículas em classes comuns foi ainda mais impressionante. De 27.695 alunos matriculados em 2010, o número subiu para 208.138 em 2022. Já as classes especiais mantiveram uma tendência de queda, com as matrículas passando de 2.257 para 972 no mesmo período.

Esses dados indicam uma tendência de inclusão de alunos da educação especial em classes comuns em todos os níveis de ensino. Ao mesmo tempo, há uma diminuição expressiva de matrículas em classes especiais e escolas exclusivas, o que reflete um movimento consistente em direção à inclusão educacional de alunos com necessidades especiais no Brasil.

Em contrapartida, o aumento dessas matrículas é um indicativo de terem acesso à escola, mas não indicam que de fato as pessoas com necessidades específicas estão incluídas no sistema educacional bem como na sociedade.

Os desafios de muitas escolas no que tange a inclusão é oferecer aos estudantes uma infraestrutura adequada, com recursos como banheiros adaptados em bom estado de uso e conservados, rampas, elevadores, materiais didáticos acessíveis, entre outros.

Além de formação insuficiente dos profissionais que estão na educação, o que pode levar a dificuldades no desenvolvimento de atividades e num ambiente realmente inclusivo, que resulta em preconceitos e discriminação (Miskalo et al. 2023; Silva e Carvalho, 2017).

Outro fator desafiante para muitas escolas é a falta de recursos financeiros e investimentos em educação inclusiva que acaba por limitar a aquisição de instrumentos de aprendizagem coerentes com a necessidade dos alunos, contratação de profissionais especialistas e até mesmo implementação de projetos voltados para a inclusão (Silva e Carvalho, 2017).

Quando se trata da educação inclusiva, é preciso mencionar a complexidade e burocracia dos processos e legislação brasileira que também gera dificuldades na implementação e acompanhamento das políticas públicas (Miskalo et al. 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta análise sobre a educação inclusiva, sua definição e contexto histórico, destacam-se as significativas transformações pelas quais passou ao longo do tempo, refletindo um progresso contínuo na inclusão das pessoas com deficiência no ambiente escolar. O estudo mostra que, além do avanço das políticas educacionais no Brasil, especialmente com o aumento das matrículas de alunos com necessidades especiais em classes comuns, ainda persistem desafios para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva. Isso inclui a necessidade de melhor formação docente, que devem ir além de treinamentos pontuais e incorporar uma abordagem contínua e prática, com foco no desenvolvimento de habilidades para lidar com a diversidade em sala de aula e adaptação de recursos pedagógicos para atender às necessidades diversas dos alunos, infraestrutura nas escolas, tecnologias assistivas e acessibilidade, aumento de investimento e políticas públicas que possibilitem menos burocracias, elementos cruciais para que as escolas estejam preparadas para acolher todos os estudantes. Outro ponto que merece destaque é o papel essencial das famílias no processo de inclusão, sendo necessário fortalecer os laços entre escola e comunidade para criar um ambiente mais acolhedor e colaborativo.

Os dados apresentados revelam uma evolução positiva, com o aumento de matrículas em escolas regulares e a diminuição do atendimento em ambientes segregados, o que confirma uma tendência favorável à inclusão. No entanto, esses avanços precisam ser continuamente monitorados e avaliados para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas singularidades.

Este trabalho, de natureza bibliográfica, reforça a importância de novos estudos empíricos no campo da educação inclusiva. Além disso, sugere-se que a comunidade científica continue a desenvolver pesquisas que avaliem não apenas os números crescentes de inclusão, mas também a qualidade dessa inclusão e o desempenho educacional dos alunos com necessidades especiais.

Por fim, abrem-se oportunidades para discussões mais amplas sobre o tema, especialmente no que diz respeito ao papel das políticas públicas e à formação contínua de educadores. Novos diálogos com as análises abordadas ao longo deste estudo são essenciais para garantir que a inclusão educacional avance de maneira significativa, não apenas em termos de quantidade, mas também de qualidade, atendendo de forma integral às necessidades de todos os estudantes.

Somente com uma ação coordenada entre escola, família e políticas públicas efetivas, será possível garantir que os avanços quantitativos também se traduzam em qualidade educacional para todos os alunos, respeitando suas particularidades e potencializando suas habilidades. Nesse sentido, a avaliação constante dos impactos e resultados das políticas públicas é indispensável, para que as melhorias na inclusão não sejam apenas superficiais, mas verdadeiramente transformadoras, gerando um impacto duradouro e positivo na vida dos alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, J. F. O processo de inclusão do aluno surdo no espaço escolar. 2015. **Monografia (Graduação) - Centro de Educação, Universidade Estadual do Ceará**, Fortaleza, 2015.

FERREIRA, A. L.; PARALES, H. L.; WECK, J. T.; SILVA, J. E. D. da; SOUSA, M. V. de. O que é Libras? Fundamentos para a educação inclusiva de surdos: módulo 1. Natal: **EDUFRN**, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

GURGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Ampid - Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência**, 2008. Disponível em: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php#:~:text=As%20

leis%20romanas%20da%20 Antiguidade,ou%20em%20outros%20lugares%20 sagrados. Acesso em: 05 jan. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Censo Escolar 2022: Apresentação coletiva dos resultados. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2022/apresentacao_coletiva.pdf. Acesso em: 27_set. 2024.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. São Paulo: **Moderna**, 2003. (Coleção: cotidiano escolar).

MIRANDA, A. A. B. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan./dez., p. 29-44, 2008.

MISKALO, A. L. ; CIRINO, R. M. B.; FRANÇA , D. M. V. R. FORMAÇÃO DOCENTE E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS PERSPECTIVAS DOS PROFESSORES . **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 41, p. 516–536, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7963543. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1385>. Acesso em: 2 set.. 2024

MONTEIRO, C. M.; SALES, J. J. A.; SALES, R. J. A.; NAKAZAKI, T. G. Pessoa com deficiência: a história do passado ao presente. **Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad**, v. 2, n. 3, p. 221-233, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5746/574660899019/html/#:~:text=Resumo%3A%20Na%20Antiguidade%2C%20as%20 pessoas,educa%C3%A7%C3%A3o%20escolar%20devido%20suas%20limita%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SILVA NC, CARVALHO BGE. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Rev bras educ espec** [Internet]. 2017Apr;23(2):293–308. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000200010>. Acesso em: 13 jun.2024.

RAMOS, R. Passos para a inclusão. 3. ed. São Paulo: **Cortez**, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. In: **CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE**, 1994, Salamanca. Brasília, DF: UNESCO, 1994.